

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 120.528 - AL (2019/0342844-0)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
RECORRENTE : MANOEL MESSIAS DA SILVA GOMES
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em **habeas corpus**, com pedido liminar, interposto por MANOEL MESSIAS DA SILVA GOMES, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas**.

Depreende-se dos autos que o d. juízo de primeira instância decretou a prisão preventiva do recorrente pela prática, em tese, do delito de roubo simples, tipificado no art. 157, **caput**, do Código Penal.

Irresignada, a defesa impetrou **habeas corpus** perante o eg. Tribunal **a quo**, por meio da qual buscava a revogação do decreto prisional. O eg. Tribunal de origem, em votação unânime, denegou a ordem, nos termos do v. acórdão de fls. 89-95, com a seguinte ementa:

“PENAL. PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. PACIENTE ACUSADO DA PRÁTICA DO CRIME DE ROUBO. PRISÃO PREVENTIVA. PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR POR LAPSO TEMPORAL DESPROPORCIONAL. IMPOSSIBILIDADE. PACIENTE PRESO PREVENTIVAMENTE HÁ POUCO MAIS DE DOIS MESES. ÉDITO PRISIONAL BEM FUNDAMENTADO E COM AMPLO ARRIMO NOS AUTOS. PACIENTE APARENTEMENTE INCLUSO NO CHAMADO MUNDO DO CRIME. RISCO CONCRETO DE REITERAÇÃO DELITIVA. PRISÃO PREVENTIVA NECESSÁRIA PARA A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. INSUFICIÊNCIA DE MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS AO CÁRCERE. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.

I A conduta imputada é grave e revela aparente intimidade com o chamado mundo do crime, uma vez que o paciente já foi condenado, por mais de uma vez, pela prática de fato análogo (roubo), bem como responde por esse mesmo delito

em outros processos.

II - As circunstâncias narradas no caderno processual de origem denotam periculosidade acentuada no suposto modo de agir do paciente, o que inegavelmente afronta a ordem pública e que só pode ser repelido com a imposição de medida cautelar extrema: a prisão preventiva.

III -O tempo de custódia cautelar até aqui transcorrido (pouco mais de 2 meses) se mostra compatível e proporcional com eventual reprimenda privativa de liberdade que vier a ser cominada em caso de condenação, à luz das peculiaridades do feito em análise.

IV -É assente nesta Câmara Criminal, na esteira do posicionamento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, que as condições subjetivas favoráveis ostentadas pelo acusado não obstam a manutenção da segregação cautelar, quando presentes os seus requisitos legais, como acontece na hipótese em análise.

V - Ordem conhecida e denegada.” (fl. 90)

Daí o presente recurso ordinário, no qual alega o recorrente que estaria sofrendo constrangimento ilegal em razão da ausência de fundamentação idônea da decisão que determinou sua segregação cautelar. Pondera, neste sentido, que a prisão cautelar foi decretada pela gravidade em abstrato da conduta supostamente praticada.

Alega, ainda, violação ao princípio da homogeneidade, porquanto, em caso de eventual condenação, pelas circunstâncias fáticas do caso e limites mínimo e máximo da pena cominada para o delito, não seria imposto o regime inicialmente fechado ao recorrente.

Requer, ao final, a reforma do v. acórdão impugnado para conceder a ordem de **habeas corpus** ao recorrente.

O pedido liminar foi indeferido às fls. 130-132.

O Ministério Público Federal, às fls. 135-143, manifestou-se pelo **desprovidimento do recurso**, em parecer ementado nos seguintes termos:

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ROUBO. PRISÃO PREVENTIVA. DECRETO FUNDAMENTADO. PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP. DECISÃO FUNDAMENTADA APONTANDO OS ELEMENTOS QUE TORNAM

NECESSÁRIA A CUSTÓDIA CAUTELAR. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. INVIABILIDADE. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

Ao contrário do alegado pelo Recorrente, o v. acórdão impugnado, ao denegar a ordem na origem, mantendo a decisão singular, deixou evidenciada a necessidade da constrição cautelar fundada na garantia da ordem pública, valendo-se de fundamentos concretos que revelam a sua indispensabilidade, sobretudo, por conta do risco de reiteração delitiva.

Parecer pelo desprovimento do recurso ordinário."
(fl. 135).

É o relatório.

Decido.

Pretende o recorrente, **em síntese**, por meio do presente recurso ordinário, o reconhecimento da ausência de fundamentação da r. decisão de primeira instância que decretou sua prisão preventiva.

Inicialmente, deve-se consignar que a prisão cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, **ex vi** do artigo 312 do Código de Processo Penal.

A prisão preventiva, portanto, enquanto medida de natureza cautelar, não pode ser utilizada como instrumento de punição antecipada do indiciado ou do réu, nem permite complementação de sua fundamentação pelas instâncias superiores (**v.g. HC n. 93.498/MS, Segunda Turma**, Rel. Min. **Celso de Mello**, DJe de 18/10/2012).

Nesse sentido é a sedimentada jurisprudência desta eg. Corte: HC n. 449.354/MG, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Felix Fischer**, DJe de 28/06/2018; HC n. 423.503/SP, **Sexta Turma**, Rel.^a Min.^a **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe de 14/03/2018; RHC n. 82.459/CE, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe de 22/09/2017; AgRg no HC n. 382.353/MG, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Nefi Cordeiro**, DJe de 04/04/2017.

Tal advertência, contudo, não se aplica ao caso em exame. Transcrevo, para delimitar **a quaestio**, o seguinte excerto da r. decisão que decretou a prisão preventiva:

“Destarte, a consagração da natureza cautelar, que deve necessariamente envolver toda e qualquer prisão processual, exige o atendimento aos reclamos de razoabilidade e proporcionalidade aptos a excepcionar a regra da liberdade.

Necessária se faz a demonstração da existência doíamos comissi consubstanciado na prova da materialidade e nos indícios suficientes de autoria, e do efetivo periculum libertatis, consignado em um dos motivos da prisão preventiva, quais sejam, a garantia da ordem pública ou econômica, a conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, conforme dispõe o artigo 312 do Código de Processo Penal.

Ademais, repiso, resta imprescindível a demonstração do preenchimento de algum dos pressupostos para aplicação da medida, dispostos no artigo 313 do Código de Processo Penal.

Observe-se que há no inquérito policial prova da materialidade e indícios de autoria da prática de roubo, indícios esses extraídos dos relatos testemunhais e [...] (trecho inelegível)

Quanto ao periculum libertatis, extrai se dos autos que o(a)(s) acusado(a)(s) encontra(m) se envolto(a)(s), em tese, na prática reiterada de delitos, consoante se observa dos documentos de fls. 16/20. Inclusive, responde o acusado por outras duas ações penais perante este juízo, onde se apura a prática de crimes de roubo (0800013-87.2018.8.02.0006 e 0800015-57.2018.8.02.0006).

Outrossim, consta que o acusado, nesta ação penal, teria subtraído para si, mediante o emprego de violência e grave ameaça, alguns pertences da vítima Erivânia Ferro Duarte. Detalhou o parquet que o acusado se demonstrou agressivo e violento em seu atuar e foi reconhecido pela vítima após ser detido, na data de 14 de agosto de 2017, pela guarda municipal deste município.

A vítima afirmou que o acusado teria agido com violência física e psicológica para poder subtrair seus pertences, e teria, ainda, se comportado de maneira a demonstrar que estava na posse de arma de fogo. Já o acusado não foi interrogado em razão de que, após ser liberado na data citada, mediante o compromisso de retornar no dia seguinte, se evadiu do distrito da culpa. Segundo a genitora do acusado, o acusado evadiu com medo de ser preso.

[...]

Conforme dito alhures, consta nos autos informação de que o(a)(s) acusado(a)(s) teria(m) praticado, em tese, diversos outros delitos, e que

teria agido usando de violência e grave ameaça à vítima, o que tem a aptidão para demonstrar a periculosidade em concreto do(a)(s) agentes e que o(a)(s) denunciado(a)(s) possui(em) vocação, em tese, para prática de atividades delitivas.” (fls. 43-45, grifei)

No mesmo sentido, o v. acórdão recorrido, **verbis**:

"Segundo o órgão acusatório, Manoel Messias conduzia uma motocicleta, oportunidade em que parou para pedir uma informação à vítima, ocasião em que a intimidou gravemente, com palavras fortes, além de revistar o corpo da vítima para subtrair o celular.

A conduta imputada, pois, é grave e revela aparente intimidade com o chamado mundo do crime, ainda mais quando considerados os indicativos de reiteração delitiva que recaem sobre a pessoa do paciente, que já foi condenado pela prática do crime de roubo, inclusive, mais de uma vez (autos n° 0000194-65.2014.8.02.0070; 0000126-29.2015.8.02.0055; 0700640-67.2017.8.02.0055), bem como responde, ainda, por roubo nos processos de n° 0700216-18.2017.8.02.0025; 0800013-87.2018.8.02.0006 e 0800015-57.2018.8.02.0006.

Tais circunstâncias denotam periculosidade acentuada no suposto modo de agir do paciente, o que inegavelmente afronta a ordem pública e que só pode ser repellido com a imposição de medida cautelar extrema: a prisão preventiva, não havendo que se falar, ao menos por ora, em medida cautelar alternativa ao cárcere. [...]" (fls. 93-94, grifei)

Ora, da análise dos excertos acima transcritos, observa-se que a segregação cautelar do paciente está devidamente fundamentada em **dados concretos extraídos dos autos**, que evidenciam de maneira incontestada a necessidade da prisão para **garantia da ordem pública**, notadamente a **contumácia delitiva do recorrente**, tendo em vista que **“já foi condenado pela prática do crime de roubo, inclusive, mais de uma vez (autos n° 0000194-65.2014.8.02.0070; 0000126-29.2015.8.02.0055; 0700640-67.2017.8.02.0055), bem como responde, ainda, por roubo nos processos de n° 0700216-18.2017.8.02.0025; 0800013-87.2018.8.02.0006 e 0800015-57.2018.8.02.0006.”**, circunstâncias aptas a justificar a imposição da segregação cautelar em virtude do fundado receio de **reiteração delitiva**.

Sobre o tema:

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES E ROUBO SIMPLES. ALEGAÇÃO DE INOCÊNCIA. INCOMPATIBILIDADE COM A VIA ELEITA. PRISÃO PREVENTIVA. PERICULOSIDADE SOCIAL. RÉU COM MAUS ANTECEDENTES. RISCO DE REITERAÇÃO. PROTEÇÃO DA ORDEM PÚBLICA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, IMPROVIDO.

[...]

3. Na hipótese em tela, as instâncias ordinárias destacaram de forma suficiente elementos que demonstram a periculosidade do recorrente e, portanto, a necessidade da segregação como forma de garantia da ordem pública.

4. A prisão preventiva encontra-se suficientemente justificada na necessidade de garantia da ordem pública, em razão da periculosidade do recorrente, evidenciada pelo efetivo risco de reiteração, porquanto, embora primário, registra maus antecedentes, possuindo condenação com trânsito em julgado pelos crimes de furto e tráfico de drogas, além de outra condenação por roubo. A prisão preventiva foi decretada para garantia da ordem, em razão do risco de reiteração criminosa. Precedentes.

5. Mostra-se indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, quando evidenciada a sua insuficiência para acautelar a ordem pública.

6. A prisão do réu não ofende os princípios da proporcionalidade ou da homogeneidade, mormente porque possuindo outras condenações, dificilmente terá direito ao regime mais brando quando da unificação da pena. Além disso, a garantia à ordem pública não pode ser abalada diante de mera suposição referente ao regime prisional a ser eventualmente aplicado.

7. Recurso parcialmente conhecido e, nessa extensão, desprovido." (RHC 107.239/MG, Quinta Turma, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe 01/03/2019)

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. ROUBO SIMPLES (TRÊS VEZES). CRIME DE DESOBEDIÊNCIA. NULIDADE. RECONHECIMENTO DO RÉU. INOCORRÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. REITERAÇÃO DELITIVA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INADEQUAÇÃO. EXCESSO DE PRAZO PARA O ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL.

CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. REGULAR PROCESSAMENTO DO FEITO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 64/STJ. HABEAS CORPUS DENEGADO.

1. É firme o entendimento deste Tribunal que a inobservância das formalidades legais para o reconhecimento pessoal do acusado não trazem como necessária decorrência a nulidade da prova, sendo válido o ato quando realizado de forma diversa da prevista em lei, notadamente quando amparado em outros elementos de prova.

2. **Apresentada fundamentação concreta com esteio na reiteração delitiva do réu, que ostenta extensa folha de antecedentes criminais, não há falar-se em ilegalidade do decreto prisional.**

3. Havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública.

[...]

7. *Habeas corpus denegado.*” (HC 466.811/SP, **Sexta Turma**, Rel. Ministro **Nefi Cordeiro**, DJe 19/11/2018, grifei)

“RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ROUBO SIMPLES. ATIPICIDADE DA CONDUTA. CRIME PRATICADO POR MEIO DE EMPURRÕES. CARACTERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA MENCIONADA NO TIPO PENAL INFRINGIDO. AUSÊNCIA DE APREENSÃO DO BEM SUBTRAÍDO. POSSIBILIDADE DE COMPROVAÇÃO DO DELITO POR OUTROS MEIOS. COAÇÃO ILEGAL NÃO CARACTERIZADA.

1. Não há como reconhecer a atipicidade da conduta imputada ao réu, uma vez que esta Corte Superior de Justiça pacificou o entendimento de que o emprego de empurrão contra a vítima configura violência física capaz de caracterizar o crime de roubo.

2. Não há que se falar em ausência de comprovação da materialidade delitiva pelo simples fato de o objeto subtraído não haver sido encontrado com o réu, uma vez que a prova do delito pode ser realizada por outros meios, como a palavra da vítima e depoimentos de testemunhas. Precedentes. **PRISÃO PREVENTIVA. SEGREGAÇÃO FUNDADA NO ARTIGO 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. CONDENAÇÃO PELA PRÁTICA DO CRIME DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES. ROUBO SUPOSTAMENTE COMETIDO ENQUANTO O ACUSADO CUMPRIA PENA EM REGIME ABERTO. RISCO CONCRETO DE REITERAÇÃO DELITIVA. ACAUTELAMENTO DA ORDEM**

PÚBLICA. CUSTÓDIA FUNDAMENTADA E NECESSÁRIA. COAÇÃO ILEGAL NÃO DEMONSTRADA. DESPROVIMENTO DO RECLAMO. 1. Não há que se falar em constrangimento ilegal quando a constrição antecipada está devidamente justificada na garantia da ordem pública, em razão da periculosidade do acusado, revelada pelo seu histórico criminal.

2. **O fato de o agente suportar condenação pretérita pela prática do crime de tráfico de entorpecentes revela sua periculosidade social e a inclinação à prática de delitos, demonstrando a real possibilidade de que, solto, volte a delinquir - sobretudo porque o ilícito em apreço teria sido cometido enquanto cumpria pena em regime aberto.**

3. **Recurso desprovido.**” (RHC 100.184/SP, **Quinta Turma**, Rel. Ministro **Jorge Mussi**, DJe 24/08/2018, grifei)

RECURSO EM HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. LATROCÍNIO. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. GRAVIDADE CONCRETA. REITERAÇÃO DELITIVA. ELEMENTOS CONCRETOS A JUSTIFICAR A MEDIDA. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. OCORRÊNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Não é ilegal o encarceramento provisório que se funda em dados concretos a indicar a necessidade da medida cautelar, especialmente em elementos extraídos da conduta perpetrada pelo acusado, demonstrando a necessidade da prisão para garantia da ordem pública.

2. **In casu**, o recorrente seria renitente na prática delitiva, porquanto consignado pelo juízo **a quo** sua vasta folha de antecedentes criminais. Além disso, as circunstâncias do caso indicam a gravidade **in concreto** do crime - latrocínio praticado em concurso de agentes, com emprego de arma de fogo e arma branca -, vindo a ocasionar a morte da vítima, que teria recebido diversas coronhadas de espingarda na cabeça e facadas pelo corpo, sendo o recorrente, em tese, o responsável por fornecer ao grupo a arma de fogo apreendida e informações do local onde eram guardados os valores na residência.

3. **Recurso a que se nega provimento**” (RHC 60.074/MS, **Sexta Turma**, Rel.^a. Min.^a. **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe 25/6/2015).

Ademais, quanto à **alegada desproporcionalidade da prisão cautelar**, em razão da provável colocação do recorrente em regime mais brando, não verifico a ocorrência de flagrante ilegalidade que possa ser identificada nesta

análise meramente perfunctória.

Nesse sentido, é o entendimento desta Corte:

"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PRISÃO PREVENTIVA. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, APLICAÇÃO DA LEI PENAL E CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. REITERAÇÃO DELITIVA. APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES. DESCABIMENTO. INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA HOMOGENEIDADE DAS CAUTELARES. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.

[...]

IV - Não há falar em ofensa ao princípio da homogeneidade das medidas cautelares no particular, pois não cabe a esta Corte Superior, em um exercício de futurologia, prever de antemão qual seria o possível quantum de aplicação da pena em razão de o recorrente supostamente possuir condições pessoais favoráveis, o que implicaria análise do conjunto probatório, inviável nesta via estreita.

Recurso ordinário desprovido" (RHC n. 58.640/MS, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Felix Fischer**, DJe de 6/10/2015).

"PROCESSUAL PENAL E PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. TRÁFICO DE DROGAS. PRINCÍPIO DA HOMOGENEIDADE DAS MEDIDAS CAUTELARES. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. QUANTIDADE DE DROGA APREENDIDA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. APLICAÇÃO DE MEDIDAS ALTERNATIVAS À PRISÃO. INSUFICIÊNCIA À GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RECURSO EM HABEAS CORPUS IMPROVIDO.

1. A desproporcionalidade da prisão preventiva somente poderá ser aferida após a sentença, não cabendo, na via eleita, a antecipação da análise quanto a possibilidade de cumprimento de pena em regime menos gravoso que o fechado.

2. Apresentada fundamentação concreta para a decretação da prisão preventiva, evidenciada na quantidade e natureza de entorpecente apreendido com o recorrente, totalizando apreensão em 211,50g de cocaína, não há que se falar em ilegalidade.

3. Havendo a indicação de fundamentos concretos

para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública.

4. Recurso em habeas corpus improvido." (RHC 99.582/MG, Sexta Turma, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, DJe 12/09/2018, grifei)

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ARTS. 297 E 304, AMBOS DO CÓDIGO PENAL. PRISÃO CAUTELAR. REITERAÇÃO DELITIVA. GRAVIDADE CONCRETA. PERICULOSIDADE. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. OCORRÊNCIA. ORDEM DENEGADA.

1. A prisão processual deve ser configurada no caso de situações extremas, em meio a dados sopesados da experiência concreta, porquanto o instrumento posto a cargo da jurisdição reclama, antes de tudo, o respeito à liberdade.

2. Não é ilegal o encarceramento provisório decretado para o resguardo da ordem pública, diante da periculosidade do paciente, evidenciada pela possibilidade de reiteração delitiva. In casu, mencionou o magistrado singular a existência de "certidão de antecedentes acostada aos autos, que dá conta de que se trata de indivíduo reincidente e que ainda ostenta condenação provisória". Tal fato também foi registrado pelo Tribunal de origem, ao assentar que se trata "de indivíduo reincidente em crime doloso, que possui condenação definitiva pela prática dos ilícitos de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido e tráfico de entorpecentes (...), e uma provisória, pela prática do crime de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito (...)" . Esses elementos conferem lastro de legitimidade à medida extrema. Precedentes.

3. Quanto à alegação de que o paciente "possui dois filhos menores de idade que dependem de seu sustento", trata-se de questão não apreciada pelo Tribunal de origem, o que impede o seu conhecimento por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância. Precedentes.

4. "Impossível asseverar ofensa ao 'princípio da homogeneidade das medidas cautelares' em relação à possível condenação que o paciente experimentará, findo o processo que a prisão visa resguardar. Em habeas corpus não há como concluir a quantidade de pena que eventualmente poderá ser imposta, menos ainda se iniciará o cumprimento da reprimenda em regime diverso do fechado" (RHC 74.203/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 15/09/2016, DJe 27/09/2016).

5. *Ordem denegada.*" (HC 457.592/RS, **Sexta Turma**, Rel. Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe 03/09/2018, grifei)

Registro, por oportuno, que é prematura a conclusão de que ao recorrente será aplicado pena mínima, ou ainda, que lhe será imposto regime mais brando, notadamente considerando que se trata de agente que ostenta condenações definitivas.

Por fim, não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão se há nos autos elementos hábeis a justificar a imposição da segregação cautelar, como na hipótese.

Assim sendo, não se vislumbra qualquer ilegalidade passível de ser sanada pelo presente recurso.

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso ordinário em **habeas corpus**.

P. I.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro Leopoldo de Arruda Raposo
(Desembargador Convocado do TJ/PE)
Relator